

PARECER Nº 1014/2011 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0478/10.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Dalton Silvano, que dispõe sobre a limitação para realização de eventos em parques públicos municipais.

De acordo com o texto proposto, somente poderão ser realizados 02 (dois) eventos (culturais, artísticos ou promocionais) por ano em cada parque do Município, ficando o horário de término do evento limitado às 22:00 horas.

Ainda, segundo a justificativa, a propositura visa dar nova disciplina à realização de eventos em parques públicos municipais, a fim de preservar o meio ambiente, a segurança, o sossego e a tranquilidade da vizinhança.

Sob o aspecto estritamente jurídico, o projeto reúne condições para prosseguir em tramitação, na forma do substitutivo apresentado.

Inicialmente, destaque-se que em que pese a Constituição Federal assegurar, como garantia fundamental dos cidadãos, no art. 5º, inciso XVI, o direito de reunião em locais abertos ao público, tal direito é passível de sopesamento.

Explica-se, é de entendimento pacífico na doutrina constitucional moderna que as restrições aos direitos constitucionais são admitidas em casos de tutela de bem jurídico de igual ou maior relevância, isto porque o princípio da ponderação é um princípio que proíbe excessos.

Nesse sentido tratando da restrição da liberdade de reunião em certos locais o Min. Ricardo Lewandowski afirmou na ADI 1969 que:

Não se ignora, é verdade, que a liberdade de reunião não é um direito absoluto. Nenhum direito, aliás o é. Até mesmo os direitos havidos como fundamentais encontram limites explícitos e implícitos no texto das constituições.

Canotilho, neste sentido, ensina que a compreensão da problemática das restrições de direitos e garantias fundamentais exige uma “sistemática de limites”, classificando-os de acordo com a seguinte tipologia: a) restrições constitucionais diretas ou imediatas, que são aquelas traçadas pelas próprias normas constitucionais; b) restrições estabelecidas por lei mediante autorização e autorização expressa da constituição; c) restrições não expressamente autorizadas pela constituição, que decorrem da resolução de conflitos entre direitos contrapostos.

No caso da presente proposta temos a colisão entre os direitos de livre manifestação (inciso XVI do art. 5º da Constituição Federal) e de livre locomoção (inciso XV do art. 5º da Constituição Federal), à segurança (art. 6º da Constituição Federal) e à privacidade (inciso VIII do art. 5º da Constituição Federal).

Atende, ainda, no plano infraconstitucional, ao chamado Direito de Vizinhança (arts. 1.277/1.313 do Código Civil), o qual resguarda as relações de vizinhança, as quais importam em direitos e deveres, vez que se de um lado há o direito de uso, gozo e usufruto da propriedade, de outro há o dever de utilizá-la de forma lícita, regular e normal, a fim de evitar interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde.

Como é sabido os Parques Paulistas apresentam limitações, tanto em relação à sua capacidade máxima de abrigar pessoas, quanto aos problemas de segurança e privacidade (abarcando aqui o sossego), neste sentido foi noticiado em importantes jornais (O Estado de São Paulo, Folha) e sites jurídicos a concessão de liminar que proíbe festa da CUT no Parque da Independência.

Além disso, há parques em São Paulo que são tombados “como patrimônio paisagístico, arquitetônico, cultural e histórico, não só da cidade de São Paulo, mas de todo o Brasil”, devendo merecer proteção especial. (Fernando Porfírio, in <http://www.conjur.com.br/2011-abr-14/juiz-proibe-festa-maio-cut-parque-independencia>, data de acesso: 14/04/2011).

Com efeito, as manifestações em parques afetam a vida de milhares de pessoas que vivem nos entornos, põem em risco a segurança das pessoas que estão na própria manifestação, eis que os parques da cidade não têm capacidade suficiente para recebê-las, em sua maioria, impedem o acesso a hospitais e outros serviços públicos, além de abalar o trânsito de toda a cidade.

O fato é que existem lugares específicos e que podem receber tais manifestações sem impedir que os demais cidadãos na cidade de São Paulo tenham acesso a serviços públicos essenciais e a hospitais, resguardando-se o próprio direito de ir e vir e a segurança.

A aprovação da proposta depende do voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, nos termos do art. 40, § 3º, inciso XII da Lei Orgânica do Município.

Ante o exposto, somos pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE.

Contudo, a fim de adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, propomos o substitutivo a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0478/10.

Dispõe sobre a limitação para a realização de eventos particulares em parques públicos municipais, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º A realização de eventos culturais, artísticos ou promocionais particulares em parques municipais deverá obedecer às seguintes condições:

I - ocorrência de no máximo 02 (dois) eventos por ano em cada parque;

II - término dos eventos até as 22:00 horas.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 14/09/2011.

Arselino Tatto – PT – Presidente

Adilson Amadeu – PTB - Relator

Abou Anni - PV

Adolfo Quintas - PSDB

Aurélio Miguel - PR

Dalton Silvano - PV

Florianio Pesaro - PSDB

José Américo – PT